



DECRETO n.º 53 de 15 de Julho de 2020

Trata de continuidade de medidas de controle e prevenção contra o COVID19 em São Gabriel, para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do novo Coronavírus (covid-19) no âmbito do município de São Gabriel e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL, ESTADO DE BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o aumento considerável de mortes e números exorbitantes de contágio de pessoas em nosso País, já sendo um dos três maiores em número de contaminação no mundo;

CONSIDERANDO que no presente momento temos vários casos confirmados no âmbito de todo o território da Micro Região de Irecê/BA, **inclusive neste Município de São Gabriel**, o que nos impulsiona a promover medidas preventivas de controle, pois que somente as ações em conjunto da sociedade civil, agentes públicos, sociedades científicas e profissionais de saúde farão com que enfrentemos esta nova epidemia com sucesso, diminuindo a mortalidade principalmente entre os idosos e mitigando as consequências sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que temos mais casos comunitários testados positivos para o Covid19 a equipe de saúde e epidemiológica agiu com rapidez evitando a proliferação do vírus entre as pessoas mais próximas aos infectados.

CONSIDERANDO os decretos editados por essa municipalidade, no sentido de promover o enfrentamento da pandemia do COVID-19, evitando a disseminação comunitária em nossa cidade;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPI), decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os Estados e Municípios têm competência para editar suas próprias normas para o enfrentamento do Covid19.

DECRETA

Art. 1º - Ratifica e aplica, os Decretos Estaduais da Bahia nºs 19.829, 19.831, 19.834 de 10, 13 e 14 de Julho de 2020, respectivamente, especialmente os preceitos contidos nos seguintes artigos abaixo elencados, com as mudanças, aplicações e adequações de tempo de duração das normas dos Decretos em nosso Município:

"Art. 1º - Fica determinada a restrição de locomoção noturna, vedados a qualquer indivíduo a permanência e o trânsito em vias, equipamentos, locais e praças públicas, das 18h às 05h, a partir da 00h do dia 15 de julho de 2020 até às 24h do dia 22 de julho de 2020, nos Municípios constantes dos Anexos I, II e III deste Decreto, em conformidade com as condições estabelecidas nos respectivos Decretos Municipais. (adequação decreto municipal)"

§ 1º - Ficam excetuadas da vedação prevista no caput deste artigo as hipóteses de deslocamento para ida a serviços de saúde ou farmácia, para compra de medicamentos, ou situações em que fique comprovada a urgência.

§ 2º - A restrição prevista no caput deste artigo não se aplica aos servidores, funcionários e colaboradores, no desempenho de suas funções, que atuam nas unidades públicas ou privadas de saúde e segurança.

Art. 2º - Fica autorizado, das 05h às 16h, somente o funcionamento dos serviços essenciais, e em especial as atividades relacionadas ao enfrentamento da pandemia, o transporte e o serviço de entrega de medicamentos



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

e demais insumos necessários para manutenção das atividades de saúde, as obras em hospitais e a construção de unidades de saúde, nos Municípios constantes do Anexo II deste Decreto, de 13 de julho de 2020 a 19 de julho de 2020.

§ 1º - Para fins do disposto no caput deste artigo, consideram-se essenciais as atividades de mercados, serviços de delivery, farmácias, unidades de saúde, serviços de segurança privada, serviços funerários, postos de combustíveis, indústrias, bancos, lotéricas e estabelecimentos voltados a alimentação e cuidado a animais.

§ 2º - Para fins do disposto no caput deste artigo, consideram-se serviços públicos essenciais, cuja prestação não admite interrupção, as atividades relacionadas à segurança pública, saúde, proteção e defesa civil, fiscalização, arrecadação, limpeza pública, manutenção urbana, transporte público, energia, saneamento básico e comunicações.

Art. 3º - Ficam ratificadas as medidas adotadas pelos Municípios constantes do Anexo III deste Decreto, na forma dos respectivos Decretos Municipais.

Art. 4º - A Polícia Militar da Bahia - PMBA apoiará as medidas necessárias adotadas pelos Municípios, tendo em vista o disposto neste Decreto, em conjunto com a Guarda Municipal.

Art. 5º - Os órgãos especiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública observarão a incidência dos arts. 268 e 330 do Código Penal, nos casos de descumprimento do quanto disposto neste Decreto.

Art. 6º - O disposto neste Decreto será aplicado a órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual e Municipal, nos termos dos atos normativos editados pelos respectivos entes.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 10 de julho de 2020.

RUI COSTA

Governador

Carlos Mello

Secretário da Casa Civil em exercício

Maurício Teles Barbosa

Secretário da Segurança Pública"

Art. 2º - Fica suspenso o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais, industriais, financeiros, econômicos, empresariais e esportivos no âmbito do Município de São Gabriel, **até a meia noite do dia 22 de julho**, exceto para; Supermercados e Mercados; Hortifrutigranjeiro; Açougues; Quitandas; Padarias; Farmácias; Postos de Combustíveis; Distribuidoras de Gás; Posto de Atendimento da Coelba; Posto de Atendimento da Embasa; Borracharias; Serviços Telecomunicações e Internet; Unidades de Saúde e afins com horário marcado de atendimento; Serviços Funerários Coleta de Lixo; Casa Lotéricas; Correios; Agências Bancárias, Lojas de Produtos agropecuários e Produtos veterinários. Material de Construção, **que terão horário de funcionamento compreendido entre as 05 horas da manhã até as 16 horas da tarde durante a semana e aos sábados, domingos e feriados entre as 05 horas da manhã até 14 horas da tarde;**

§1º - No horário de restrição de locomoção noturna, previsto no caput deste artigo, o sistema de Delivery funcionará apenas e tão somente para atendimento do quanto previsto no parágrafo segundo deste artigo, para produtos essenciais como alimentação, medicamentos e gêneros essenciais, ficando proibida a venda e/ou distribuição de bebidas alcóolicas.

I. Fica proibida a venda de bebida alcóolica em Supermercados, Mercadinhos, Padarias, Distribuidoras, Adegas e afins, até o próximo dia 22 de Julho;



II. **FUNCIONAMENTO DE ENTREGA A DOMICILIO (Delivery)** – O comércio que funciona servindo alimentação, pode realizar entrega a domicilio (Delivery) até as 22 horas, durante todos os dias, inclusive feriados, exceto bebidas alcóolicas;

III. Após o horário de fechamento dos comércios os comerciantes somente poderão continuar atendendo aos clientes que já estavam dentro dos estabelecimentos com as portas já fechadas, ficando impedidos de permitir o acesso e realizar o atendimento dos que aguardavam do lado de fora.

§2º - Todos os demais estabelecimentos comerciais que não foram citados acima, não poderão funcionar no período estabelecido no artigo 2º.

DA REGRA GERAL PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS

Art. 3º- Os estabelecimentos permitidos a funcionar na forma desse decreto, deverão tomar todas as cautelas para a redução da transmissão do COVID –19, especialmente:

I. Deverá ser evitada a aglomeração de pessoas, devendo o atendimento ao cliente ser realizado de forma preferencialmente individualizada, em ambiente amplo, arejado e constantemente limpo;

II. Fornecer máscaras a todos os seus funcionários, que obrigatoriamente devem fazer o uso de tal equipamento durante o período de funcionamento do comércio, em exigência à Lei Federal 23.827 de 11 de abril de 2020;

III. Fiscalizar o cumprimento do distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5 m (um metro e meio), entre uma pessoa e outra, evitando-se fila no local;

IV. Realizar a desinfecção e higienização do ambiente comercial por no mínimo 3 (três) vezes durante o período em que o comércio esteja funcionando;

V. Proporcionar meios de higienização dos funcionários e clientes, seja por meio de água e sabão, ou por meio do álcool 70%;

VI. Organizar e fiscalizar o distanciamento social entre os clientes que aguardam em fila do lado de fora do estabelecimento, inclusive realizando marcação no piso para orientar a população;

DO USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS

Art. 4º - Fica determinado o uso obrigatório de máscaras de proteção respiratória por todos os cidadãos, em todos os locais de circulação, seja em locais públicos ou privados, ambientes de trabalho, nos transportes coletivos, individuais públicos ou privados, em todo o território de São Gabriel/Ba, podendo ser utilizada máscara de confecção caseira artesanais observadas as orientações mantidas na NOTA NORMATIVA 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS;

DAS PESSOAS ORIUNDAS DE OUTRAS CIDADES

Art. 5º - Recomenda-se que as pessoas oriundas de cidades com casos confirmados de COVID19, permaneçam isoladas em suas residências em isolamento social por no mínimo 14 dias, informando imediatamente à Vigilância Sanitária e/ou Secretaria Municipal de Saúde.

DOS TRANSPORTES PÚBLICOS



Art. 6º - Fica suspenso o transporte público intermunicipal de qualquer natureza na sede e povoados do Município de São Gabriel, compreendendo vans, taxis, ônibus, moto-táxi, carros de lotação e outros veículos que forem identificados como transportes de passageiros e afins, tendo em vista o aumento considerável de cidades que já constam no Decreto Estadual da Bahia de número 19.748/2020, que regulariza o transporte público de passageiros no Estado. Quanto ao transporte entre sede e povoados, devem funcionar com apenas 50% de sua capacidade normal, com todas as precauções de higienização: uso de máscaras e disponibilização de álcool gel tipo 70% para todos os passageiros.

DAS "LIVES"

Art. 7º - As "lives", compreendendo as transmissões de shows e eventos ao vivo nas redes sociais, em espaços públicos, casas de eventos, clubes e afins, somente poderão ocorrer após autorização e agendamento prévio de no mínimo 8 dias. O agendamento deve ocorrer no setor de tributação e comunicado à Polícia Militar Local. Os locais da "lives", deverão ter acesso restrito apenas as pessoas que fazem parte da equipe de produção e músicos, que deverão utilizar máscaras, com exceção do cantor(a) e "back vocal", mantendo entre si distanciamento mínimo de 2 (dois) metros. Sendo vedada a produção desses eventos em locais públicos;

DAS LANCHONETES, RESTAURANTES E AFINS

Art. 8º. As atividades do setor de alimentação tais como restaurantes e lanchonetes, Carros ou trailers de lanches e afins serão suspensos os atendimentos como está descrito no artigo 2º deste decreto.

§1º. Os mercados e supermercados que comercializam alimentos para o consumo imediato, como refeições, lanches, salgados e afins, deverão os proprietários orientar os seus clientes a consumir os produtos em casa. Igualmente, deverão realizar a higienização dos carrinhos e cestas de compras;

DOS BARES

Art. 9º. As atividades do setor de Bares e afins serão suspensos os atendimentos como está descrito no artigo 2º deste decreto.

DOS HOTEIS, Pousadas e Afins

Art. 10º. Os hotéis, pousadas e afins poderão funcionar, devendo respeitar todas as medidas de biossegurança, higiene e proteção individual para resguardar seus funcionários e clientes;

§1º. Devendo aferir a temperatura de todos os hóspedes que chegam de locais com casos confirmados de coronavírus;

§2º. Devem informar imediatamente as autoridades sanitárias sobre hóspedes que apresentarem sintomas gripais, bem como o cadastro do cliente contendo telefone em casos do § 1º deste artigo;

ODONTOLOGIA, SAÚDE E SIMILARES, DAS CLÍNICAS VETERINÁRIAS, ACADEMIAS E CENTROS ESPORTIVOS

Art. 11º. ODONTOLOGIA, SAÚDE E SIMILARES, DAS CLÍNICAS VETERINÁRIAS, poderão funcionar com



hora marcada, restringindo ao atendimento de um cliente por vez, proporcionando os meios de higienização dos funcionários e clientes;

§1º. Ao atender os clientes, os profissionais devem reforçar as medidas preventivas de biossegurança indicadas pelos órgãos sanitários, além de utilizar obrigatoriamente os equipamentos de proteção individual (EPI);

§2º. Devem estabelecer maior espaçamento entre os atendimentos para garantir a adoção das medidas de biossegurança necessárias, visando a preservação da saúde dos usuários e dos profissionais;

§3º. Devem adiar o de atendimento de pacientes com sintomatologia de síndromes gripais;

§4º. Devem aumentar os cuidados com a desinfecção de objetos de uso coletivo, como fechaduras de portas, cadeiras, porta copos, bebedouros, canetas, entre outros;

§5º. Diante da impossibilidade de obedecer ao distanciamento mínimo nos casos de determinados atendimentos, orienta-se que somente sejam realizados atendimentos que realmente não possam ser postergados.

§6º. Os estúdios de Pilates que realizam atendimento de pessoas que necessitam de tratamento continuado, somente poderão realizar os atendimentos destes pacientes, devendo ser por hora marcada e restringindo a um paciente por vez, além da responsabilidade de adotar todos os meios de prevenção e higienização do ambiente e pacientes.

§ 7º. As atividades do setor de academia, clubes esportivos e afins serão suspensos os atendimentos como está descrito no artigo 2º deste decreto.

DAS IGREJAS E TEMPLOS RELIGIOSOS

Art. 12º. As atividades Igrejas e centros religiosos e afins serão suspensos os atendimentos como está descrito no artigo 2º deste decreto.

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 13º. Fica permitida a feira livre, tão somente para os feirantes locais já cadastrados, para que os mesmos coloquem as bancas nos locais de cadastros nos dias em que a mesma ocorre, indicados e autorizados pelo Poder Público Municipal, evitando aglomeração no ato da compra, respeitando um espaço físico na fila de 2 metros entre as pessoas e disponibilizando maneira de higienização dos seus usuários e funcionários, com água corrente e sabão ou álcool 70%;

DOS VELÓRIOS

Art. 14º - O funcionamento do Serviço Funeral, deverá atender as seguintes recomendações:

- I. O uso da máscara é obrigatório durante o funeral;
- II. Devem ser evitados apertos de mão e outros tipos de contato físico entre os participantes do funeral;



- III. Recomenda-se que o caixão seja mantido fechado durante o funeral, para evitar contato físico com o corpo;
- IV. Devem ser disponibilizados água, sabonete líquido, papel toalha e álcool gel a 70% para higienização das mãos.
- V. Atendendo à atual situação epidemiológica, os funerais deverão decorrer com o menor número possível de pessoas, preferencialmente apenas os familiares mais próximos, para diminuir a probabilidade de contágio e como medida para controlar os casos de COVID-19, utilizando, obrigatoriamente máscaras e distanciamento mínimo de 1,5 metros um do outro.
- VI. Tratando-se de vítima do COVID-19, o sepultamento será realizado imediatamente, sem velório, e com a orientação da Vigilância Sanitária, evitando-se a manipulação desnecessária do corpo por parte dos agentes responsáveis;
- VII. Proibição de aglomeração de visitantes pelas áreas internas e externas do velório, mesmo familiares, evitando-se contato físico entre as pessoas presentes;
- VIII. Realização dos velórios no período diurno, em casos que não existem suspeitas do COVID19, com duração máxima de 04 (quatro) horas, cujo horário poderá ser alterado por determinação das autoridades de saúde e sanitárias;
- IX. Proibição de bebedouros, cafeteiras, cadeiras, vasilhames, tendas e similares, ou qualquer coisa manipulada ou compartilhada por mais de uma pessoa no ambiente do velório, pelos familiares ou até mesmo pela Empresa Funerária;
- X. Realização de higienização, desinfecção e limpeza do ambiente de realização do velório, bem como dos objetos móveis, a exemplo de veículos automotores ou similares, e reforçados todos os protocolos de utilização de EPI's;
- XI. Manutenção dos ambientes de tráfego de pessoas e do local de exposição do falecido, abertos e arejados.
- XII. Recomenda-se que as pessoas dos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, grávidas e pessoas com imunossupressão ou com doença crônica), não participem nos funerais; bem como, pessoas sintomáticas respiratórias;
- XIII. Somente será permitido publicar ou divulgar em carro de som a nota de falecimento, não sendo permitido informar local e horário de sepultamento;

DAS SANÇÕES PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

Art. 15º. O não cumprimento das medidas estabelecidas no presente Decreto será caracterizado infração à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções aplicáveis, inclusive, no que couber, cassação da licença de funcionamento, nas seguintes penalidades, conforme disciplinadas em regulamento:

- I. Aplicação de advertência verbal e notificação escrita;
- II. Primeira autuação - Suspensão do Alvará de Funcionamento e interdição do estabelecimento por 24 (vinte e quatro) horas;
- III. Segunda autuação reiteração - Suspensão do Alvará de Funcionamento e interdição do estabelecimento por mais 48 (quarenta e oito) horas, e aplicação de multa de 03 (três) cestas básicas, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada, destinadas à Secretária de Assistência Social de São Gabriel para distribuição às pessoas necessitadas;
- IV. Terceira autuação reiteração - Suspensão do Alvará de Funcionamento e interdição do estabelecimento por mais 72 (setenta e duas) horas, e aplicação de multa de 05 (cinco) cestas básicas, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada, destinadas à Secretária de Assistência Social de São Gabriel para distribuição às pessoas necessitadas;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de São Gabriel
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

V. Quarta autuação reiteração - Suspensão do Alvará de Funcionamento e interdição do estabelecimento por mais 96 (noventa e seis) horas, e aplicação de multa de 10 (dez) cestas básicas, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada, destinadas à Secretária de Assistência Social de São Gabriel para distribuição às pessoas necessitadas;

VI. Após várias reiterações ou agravamento no desrespeito às regras dos Decretos Municipais e demais normas de combate ao Covid19, o COE determinará a **Cassação anual do Alvará de Funcionamento do estabelecimento.**

§1º. A fiscalização, autuação e demais medidas repressivas, de combate ao descumprimento das medidas sanitárias de combate ao COVID19, será da competência de uma Equipe Multisetorial denominada de Comitê de Operações de Emergência em Saúde Pública – COE;

§2º. Além das penalidades administrativas-fiscais previstas acima, o infrator ainda estará sujeito as penalidades dos artigos **131, 132 e 268, do Código Penal**, que assim preceituam:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º -As medidas de controle, prevenção e fiscalização para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19, instituídas no âmbito do Município de São Gabriel, poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, de acordo com a situação epidemiológica do Município;

Art. 17º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente o decreto 052 de 15 de julho de 2020, mantendo-se todas as demais regras Editadas por Decretos anteriores que não disponham em contrário até ulteriores designações do COE, que serão tomadas até o dia 22 de julho de 2020;

HIPOLITO RODRIGUES SILVA GOMES
Prefeito Municipal

COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO COVID19

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL